

Aplicações do Cadastro Territorial Multifinalitário à gestão arqueológica

O presente resumo deriva de pesquisa de mestrado desenvolvida em 2013 pelo programa de pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental da UDESC. O trabalho exposto destina-se à reflexão acerca da aplicabilidade do Cadastro Territorial Multifinalitário (CTM) ao planejamento e gestão pública do patrimônio cultural arqueológico. O CTM pode ser interpretado como o processo de registro cartográfico e descritivo das parcelas territoriais que compõem um município. De responsabilidade dos governos municipais, o CTM tem por finalidade a representação de toda feição espacial existente dentro dos limites de um município, incluindo as formações arqueológicas. No entanto, não se verifica na legislação nacional orientações quanto ao modelo de registro cartográfico e documental dos territórios que conservem bens arqueológicos *in situ*. Com base neste contexto, o trabalho a ser exposto analisa as possíveis interlocuções entre as premissas conceituais referentes ao patrimônio arqueológico e os métodos de registro cartográfico e documental adotado pelas geociências. Destaca-se a apresentação sobre o modelo de cadastro de sítios arqueológicos executado pela União, e a indicação de como este pode ser aperfeiçoado por meio das técnicas de demarcação territorial, mapeamento e registro adotadas para o CTM. Com base nas reflexões transcritas, é proposta a criação da categoria de parcela territorial de conteúdo arqueológico, que permitiria a gestão do patrimônio arqueológico de forma integrada, entre União e prefeituras. Finalizando o trabalho, são expostas as considerações finais, onde se conclui serem os preceitos do CTM aplicáveis à tutela do patrimônio arqueológico, desde que observadas as particularidades das formações pretéritas existentes no país.

Modalidade: Comunicação oral

Simpósio: Simpósio 4 (Contribuição das Geociências aos Estudos Arqueológicos: Conceitos e Métodos)